



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 1009/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10823/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio Preto da Eva – SAAE.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Lauro da Cruz Farias, Presidente do SAAE – Rio Preto da Eva.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Relatório Conclusivo nº 61/2015 (fls. 251/302).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2489/2015-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 303/317).

8- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio Preto da Eva – SAAE. Exercício 2014.

Contas Irregulares. Alcance. Prazos. Comunicação ao Poder Executivo Municipal. Multa. Inscrição na dívida ativa. Cobrança Executiva. Determinação à origem. Recomendação à origem e a Comissão de Inspeção. Comunicação ao Ministério da Fazenda.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar irregular a Prestação de Contas Anuais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do Município de Rio Preto da Eva/AM, exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. **Lauro da Cruz Farias**, Diretor-Presidente, nos termos do art. 71, II da CF/88 c/c art. 40, II da CE/89; art. 22, inciso III, alínea “b” c/c art. 25 da Lei nº 2.423/96-LO/TCE;

9.2- Considerar em Alcance do montante de **R\$ 20.870,00** (vinte mil, oitocentos e setenta reais), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido às restrições não sanadas abaixo discriminadas:

9.2.1- Restrição 13: R\$ 1.970,00 por despesas que totalizam o montante de R\$ 1.970,00 (mil novecentos e setenta reais), e estão relacionadas a aquisição de peças automotivas e serviços de lanternagem, tendo em vista que o SAAE não possui veículo de qualquer espécie registrado em seu Patrimônio;

9.2.2- Restrição 20: R\$ 3.900,00 por pagamento de diárias com valor superior ao previsto na Lei Municipal nº 309/2009;



ACÓRDÃO Nº 1009/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.2.3- Restrição 25: R\$ 15.000,00 por pagamento de Gratificação sem o devido amparo legal, gerando dano ao erário.

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor do débito aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nos autos (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96) e com a devida atualização monetária (art.55, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM);

9.4- Comunicar ao Poder Executivo Municipal, que no caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi o art.173 da Res. nº04/2002 – RITCE/AM e expirado o prazo estabelecido, o valor do débito deverá ser **inscrito na Dívida Ativa Municipal**, seguido da imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas;

9.5- Aplicar multa ao responsável **no valor de R\$ 8.867,25** (oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução 4/2002, **por ato praticado com grave infração à norma legal** ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, correspondente às restrições nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 25 e 27, elencadas no Relatório/Voto;

9.6- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual da multa discriminada no item 9.5 deste Acórdão, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96;

9.7- Expirado o prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a **inscrição da penalidade na dívida ativa** e a **instauração da cobrança executiva** em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.8- Determinar à origem:

a) Que a atual gestão do SAAE acompanhe junto ao Chefe do Executivo Municipal o encaminhamento do Ofício nº 088/2015-GAB/DIRETOR/SAAE. E, caso, infrutífero, reitere continuamente a solicitação até que seja regularizada a situação em questão. No mais, que atente para que o ato normativo sobre concessão de diárias, a ser objeto de propositura do Chefe do Executivo, contemple as orientações do art. 9º, da Resolução TCE nº 05/2008;

b) Que a atual gestão do SAAE/RPE adote o procedimento próprio para admissão de pessoas no serviço público quer seja pela regra do inciso XI, da CF/88 ou pelo inciso II, da CF/88, conforme o caso;

c) Que a atual gestão do SAAE/RPE proceda à realização de concurso público quer seja com auxílio da Prefeitura ou por iniciativa própria;

d) Que a atual gestão do SAAE/RPE acompanhe junto ao Chefe do Executivo Municipal o encaminhamento do Ofício nº 084/2015-GAB/DIRETOR/SAAE. Caso infrutífero, reitere a petição continuamente, até que se ultime a regularização da situação ora questionada;

e) Que a atual gestão do SAAE/RPE proceda à alimentação do Sistema de Atos de Pessoal;

Diário Eletrônico do TCE/AM,
Edição Nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 1009/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.9- Recomendar a origem que o gestor procure uma forma de revitalizar o prédio de propriedade do SAAE, evitando, assim, o gasto com aluguel que poderá inviabilizar a administração do órgão;

9.10- Recomendar a Comissão de Inspeção designada para examinar as contas do gestor da Prefeitura de 2015, que proceda ao acompanhamento do cumprimento da devolução, por parte de cada servidor envolvido, do valor excedente recebido a título de diárias. Caso não constatada tal devolução, adotar as medidas cabíveis;

9.11- Comunicar o Ministério da Fazenda (Receita Federal) acerca da inadimplência da Autarquia quanto ao não recolhimento das contribuições previdenciárias (segurado e patronal) no exercício financeiro em questão.

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em substituição

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral